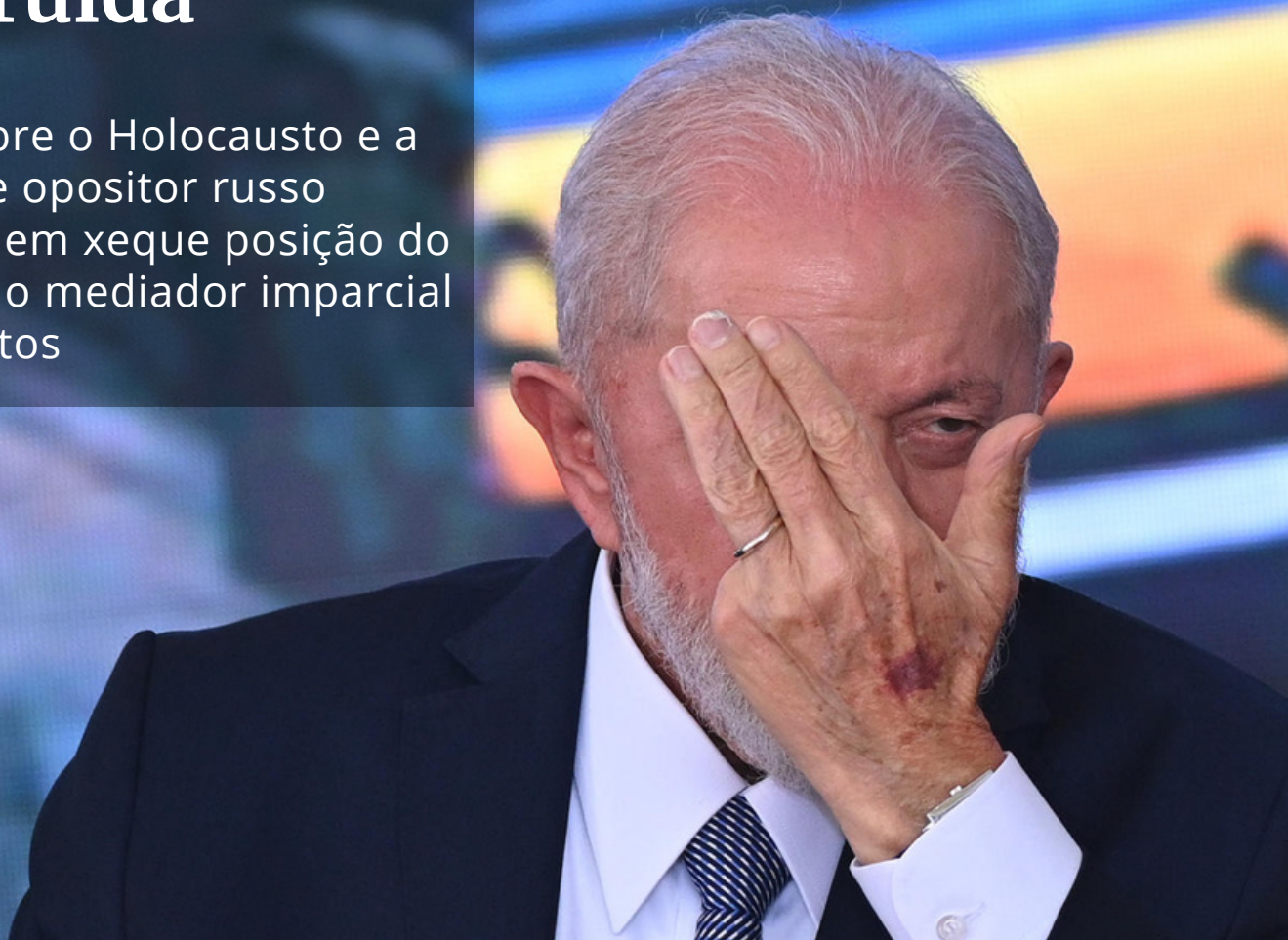


GAZETA DO POVO

REVISTA

Credibilidade internacional destruída

Falas sobre o Holocausto e a morte de opositor russo colocam em xeque posição do país como mediador imparcial de conflitos



A suposta nova arma nuclear russa e sua relação com Elon Musk

Esquerda tenta tachar manifestação pró-Bolsonaro como “golpista”

Índice

Lula destrói a credibilidade brasileira no cenário internacional 03

Deltan Dallagnol: Lula pode ser afastado da presidência pelo crime de racismo? 11

Filipe Figueiredo: A suposta nova arma nuclear russa e sua relação com Elon Musk 19

Esquerda tenta tachar manifestação pró-Bolsonaro como “antidemocrática” e “golpista” 29

Oposição aposta no fim do foro privilegiado para combater excessos do Judiciário 44

Em aniversário de vitória, veteranos recordam participação épica na 2º Guerra 54

“O sequestro do Voo 375” recupera incrível saga do doido que tentou matar Sarney 78



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



*O presidente Lula comparou Israel aos nazistas durante viagem oficial à África. |
Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República*

EDITORIAL

Lula destrói a credibilidade brasileira no cenário internacional

A língua sem freio de Lula voltou a atacar no encerramento de sua viagem à África – mas antes se tratasse apenas das boquirrotices

habituais do presidente da República sobre assuntos como economia, por exemplo. Desta vez, Lula foi muito além do aceitável, e em duas breves frases ditas no domingo, em entrevista coletiva realizada na Etiópia, onde participou da abertura da 37.^a Cúpula da União Africana, deixou muito claro que está incondicionalmente alinhado com o que existe de pior no mundo em termos de autoritarismo e uso do terror contra uma população.

Ao comentar a morte de Alexei Navalny, ocorrida na sexta-feira, criticou a “pressa” dos que rapidamente atribuíram ao autocrata russo Vladimir Putin a responsabilidade pelo falecimento do seu principal opositor – o que incluiu praticamente todo o mundo livre. “Temos de primeiro fazer uma investigação para saber do que o cidadão morreu. (...) Para

que essa pressa de acusar alguém?”, questionou o petista, que, para citar um caso recente, não esperou a investigação da Polícia Federal para chamar os envolvidos no empurra-empurra do aeroporto de Roma de “canalhas” e “animais selvagens” que “não merecem respeito”.

“ *A essa altura, não há gerenciamento de crise ou contenção de danos capaz de convencer o mundo livre de que o Brasil é um interlocutor confiável ou um mediador imparcial*

Aquilo que Lula chamou de “interesses” da parte de quem afirmou haver o dedo de Putin na morte de Navalny, no entanto, não tem nada de precipitação. Afinal, é inegável que o líder opositor já havia sofrido uma tentativa de

envenenamento em 2020 com o uso de uma arma química que, segundo especialistas, só está disponível a agentes estatais – outros adversários de Putin foram atacados ou mortos com métodos semelhantes –, e as autoridades russas abortaram as investigações ainda na fase preliminar. Navalny estava em uma prisão remotíssima, e o governo russo se recusa a entregar o corpo para uma autópsia independente. Mesmo na hipótese de a causa imediata da morte de Navalny ser mesmo um mal súbito, e não uma ação letal direta como um novo envenenamento, não haveria como negar a influência de sua precária condição de saúde, consequência dos confinamentos e das tentativas anteriores de eliminá-lo.

Ainda mais abjeta, no entanto, foi a afirmação de Lula sobre a contraofensiva israelense em

resposta aos ataques terroristas do Hamas, em 7 de outubro do ano passado. Depois de criticar a reação de vários países do Ocidente que reduziram ou cortaram seu financiamento à Agência das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA), após a notícia de que alguns funcionários da agência teriam colaborado com o ataque terrorista, Lula comparou a reação israelense ao nazismo alemão. “O que está acontecendo na Faixa de Gaza não existe em nenhum outro momento histórico – aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus”, afirmou o presidente brasileiro.

O repúdio imediato que a declaração despertou – do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, a lideranças políticas brasileiras e a praticamente toda a comunidade judaica nacionais, inclusive

da parte que apoiou Lula em 2022 – foi até comedida perto do absurdo da comparação. É perfeitamente possível defender uma solução de dois Estados, considerar que a resposta israelense tem usado meios desproporcionais em sua busca por eliminar o Hamas e resgatar os reféns, ou até mesmo dizer que Israel está cometendo crimes de guerra em Gaza; mas não existe a mínima base histórica ou moral para comparar a contraofensiva à “solução final” do Holocausto, que foi um plano deliberado para exterminar toda uma população inocente simplesmente por sua origem étnica. Quem está próximo do nazismo não é Israel, mas o Hamas, que se nega a aceitar a existência do Estado de Israel e prega sua destruição – o grupo terrorista palestino, aliás, parabenizou Lula pelas declarações na Etiópia.

E, para não deixar dúvidas de que o antissemitismo está definitivamente impregnado no DNA petista – algo de que já se suspeitava fortemente, especialmente depois de José Genoíno defender boicote a empresas com donos judeus –, os petistas e seus aliados, em vez de reconhecer o absurdo lulista, dobraram a aposta. O chefe do MST, João Pedro Stédile; o ministro Paulo Pimenta e a presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann; e o chanceler de facto Celso Amorim endossaram as afirmações de Lula. O Itamaraty e aquele que, no papel, comanda a diplomacia brasileira, o ministro Mauro Vieira, andam tão ausentes (o máximo que Vieira fez foi pedir uma reunião com o embaixador israelense em Brasília) que foi Amorim quem adiantou que não haverá retratação pelas palavras de Lula.

A essa altura, não há gerenciamento de crise ou contenção de danos capaz de convencer o mundo livre de que o Brasil é um interlocutor confiável ou um mediador imparcial. Hoje, não somos nem sequer capazes de estar em uma mesa de negociações com russos e ucranianos, ou israelenses e palestinos, quanto mais tomar a iniciativa de buscar um entendimento entre eles. Lula escolheu seu lado, está sendo festejado por isso por seus aliados, e mostrou mais uma vez o nível de degeneração moral que consegue atingir quando se trata de proteger os amigos ou fustigar desafetos. O 18 de fevereiro de 2024 tem tudo para entrar na história da diplomacia brasileira como o seu “dia de infâmia”.



[Voltar ao índice](#)



O presidente Lula comparou Israel aos nazistas | Foto: EFE

OPINIÃO

Deltan Dallagnol

Lula pode ser afastado da presidência pelo crime de racismo?

A infame fala de Lula comparando as ações militares de Israel na Faixa de Gaza com o

Holocausto perpetrado por Hitler rendeu a Lula o pedido de impeachment com o maior número de assinaturas da história - mais de 130 deputados federais já assinaram o pedido até agora. “O que está acontecendo na Faixa de Gaza e com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus”, disse Lula, para vergonha mundial do Brasil.

Além do risco de impeachment, que analisei na minha última coluna para a Gazeta, a abjeta fala de Lula pode render ao presidente uma denúncia criminal pelo crime de racismo que, preste atenção, pode afastá-lo da presidência. O artigo 20 da Lei nº 7.716, de 1990, prevê pena de reclusão de um a três anos e multa a quem “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou

procedência nacional”. Se praticado por funcionário público, a pena do crime pode chegar a quatro anos e meio de prisão.

Por que a comparação indevida de Lula entre Israel e Hitler seria considerada racismo? A resposta é simples: comparar as ações atuais do governo israelense às dos nazistas é uma forma clássica de antissemitismo, conforme definição da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), uma organização internacional da qual o Brasil é membro. O antissemitismo é o racismo contra os judeus. Dizer que Israel e os judeus cometem atrocidades equiparáveis às dos nazistas é uma das formas mais perversas de antissemitismo, pois banaliza a personificação do mal que foi o Holocausto e profana a memória dos 6 milhões de judeus assassinados por Hitler.

Diante do possível enquadramento da fala de Lula no crime de racismo, o próximo passo seria a apresentação de uma acusação formal contra o presidente, a chamada denúncia, que só pode ser apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Foi por isso que a bancada de deputados federais do partido Novo apresentou uma notícia-crime à PGR, que agora terá de abrir uma apuração preliminar para verificar se Lula, de fato, cometeu esse crime. O que muita gente não percebeu é que esse é o caminho mais curto para o afastamento de um presidente.

De fato, o artigo 86, parágrafo 4º, da nossa Constituição Federal autoriza que um presidente da República seja responsabilizado por crimes praticados no exercício de seu mandato, desde que relacionados às suas funções. Como a fala de Lula foi dita justamente

durante entrevista coletiva, enquanto ele exercia a representação externa do Brasil em viagem ao continente africano, ele pode vir a ser responsabilizado. O parágrafo 1º do mesmo artigo da Constituição estabelece que se o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir abrir um processo criminal contra o presidente, este é suspenso de suas funções por até 180 dias.



O que muita gente não percebeu é que esse é o caminho mais curto para o afastamento de um presidente

Há, contudo, mais uma complicação. Após a PGR apresentar uma acusação contra o presidente perante o STF, este deve enviar a denúncia à Câmara dos Deputados, a quem cabe

autorizar a abertura de processo criminal, o que só acontece quando dois terços de seus integrantes - 342 deputados - votam favoravelmente. Em agosto e outubro de 2017, nas duas únicas vezes em que esse tipo de decisão ocorreu, a Câmara recusou autorização para que o então presidente Temer pudesse ser processado no STF pelo crime de corrupção. O placar das votações foi relativamente apertado, com diferença de menos de quarenta votos.

Caso Lula seja de fato denunciado, portanto, entraremos em uma nova etapa, diferente e mais imprevisível, sujeita aos sabores e ventos da política. Temer era um hábil negociador que tinha controle sobre o Centrão, direcionando um grande número de deputados fisiológicos, que entregariam até a própria mãe em troca de cargos e verbas. Lula tem larga influência no

Congresso, que segue respondendo em grande medida aos mesmos incentivos. Contudo, há hoje uma oposição de direita inédita na Câmara.

Foi por conta dessa oposição que, como comentei, o pedido de impeachment, colheu um número recorde de assinaturas na Câmara. O número é insuficiente para autorizar um processo criminal contra o presidente, o que indica que a pretensão de responsabilizar Lula ainda não furou a bolha da direita no parlamento, mas, repita-se, é um recorde. Além disso, há uma fatia significativa da sociedade, hoje polarizada, cobrando a responsabilização do presidente - e lembremos que políticos também respondem ao incentivo do voto.

A ampliação do apoio de deputados pode acontecer por meio da pressão social, mas há

um outro elemento importante na equação: um STF em declarada “lua de mel” com o próprio presidente, e que abertamente diz ter atuado para soltar Lula da cadeia e transformá-lo, mais uma vez, no presidente da República. Esse mesmo STF que anulou condenações sólidas contra Lula estaria disposto a contribuir para a responsabilização de Lula por seu abominável racismo e antissemitismo?



Autor: Deltan Dallagnol é mestre em Direito pela Harvard Law School e foi o deputado federal mais votado do Paraná em 2022. Trabalhou como procurador por 18 anos, atuando em várias operações no combate a crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Foi coordenador da operação Lava Jato em Curitiba. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Bússola de pulso soviética: orientar-se é fundamental numa guerra. | Foto: Jaypee/GNU GPL

OPINIÃO

Filipe Figueiredo

A suposta nova arma nuclear russa e sua relação com Elon Musk

No dia 14 deste mês, o deputado dos EUA Mike Turner, do Partido Republicano, presidente do

comitê de inteligência da Câmara, emitiu publicamente um críptico alerta sobre uma "séria ameaça à segurança nacional". A imprensa nos EUA entrou em polvorosa e as especulações sobre o motivo do alerta rapidamente vieram com a informação "vazada" de que a Rússia teria colocado um dispositivo nuclear em órbita. Além de ser necessário analisar o que isso pode significar, essa notícia pode ter relação indireta com o bilionário da tecnologia Elon Musk.

De acordo com John Kirby, porta-voz da Casa Branca, a Rússia estaria desenvolvendo um dispositivo anti-satélite de matriz nuclear que não seria um explosivo, uma ogiva propriamente dita, mas um dispositivo feito para interferir ou anular os componentes eletrônicos de satélites em órbita. Isso

resultaria em prejuízo às capacidades dos EUA de comunicação, vigilância e o comando e controle, chamado de C2 na literatura especializada.

Segundo o Tratado do Espaço Exterior, assinado durante a Guerra Fria, em 1967, sob proposta justamente dos EUA e da então União Soviética, proíbe armas de destruição em massa no espaço. Também limita o uso de todos os corpos celestes apenas para fins pacíficos, estabelece a liberdade para que toda nação possa explorar e utilizar o espaço exterior e proíbe a reivindicação de soberania por um Estado sobre o espaço exterior ou qualquer corpo celeste. EUA, Rússia, Brasil e outros 111 países ratificaram o tratado e deveriam cumpri-lo.

O governo russo negou a possibilidade e acusou o governo dos EUA de "fabricação maliciosa". Independente de sua existência, uma coisa é certa. O timing do anúncio certamente não foi coincidência, com os votos no Congresso sobre os pacotes de dezenas de bilhões de dólares em ajuda militar para Ucrânia, Israel e Taiwan. Ter uma nova “super ameaça” militar na manga é, com certeza, uma ótima maneira de pressionar os congressistas a votar pelos gastos militares com o argumento de que Rússia e sua “super arma” precisam ser detida na Ucrânia.

Exemplo famoso, talvez infame, é o exercício militar Cope India 04, entre as forças aéreas dos EUA e da Índia. Na ocasião, o debate sobre o orçamento para os novos caças dos EUA, os F-22, estava em polvorosa no Congresso. As forças dos EUA foram totalmente derrotadas no

exercício militar e a “surra” foi usada como argumento para justificar a suposta necessidade de um novo caça. Hoje, sabemos que os militares dos EUA intencionalmente “tiraram o pé” no exercício militar, justamente para gerar manchetes alarmistas sobre um suposto declínio do poderio aéreo dos EUA.

E se a nova super arma russa for uma realidade? Ela é indiretamente consequência de uma das empresas de Elon Musk. Em 2024, é óbvio que a internet não é algo supérfluo, mas parte essencial das infraestruturas produtivas nacionais e imprescindível para a comunicação. A ciberguerra é tão guerra e é tão importante quanto a infantaria, a mais antiga das armas. Isso inclui também a proteção das capacidades soberanas de comunicação e de conexão de um país. Um exemplo que talvez ilustra bem esse

ponto é a maneira do leitor se orientar em um veículo.

Para chegar em um endereço usando um veículo, a maioria dos brasileiros usa algum aplicativo de localização e geoposicionamento. A imensa maioria desses aplicativos utilizados no mercado brasileiro usa os serviços dos satélites do Global Positioning System, conhecido pela sigla GPS, que se tornou até sinônimo de aplicativo de localização. “Vou colocar o endereço aqui no GPS”. A questão é que o GPS é a rede de satélites desenvolvida, mantida e usada pelo governo dos EUA. As principais potências possuem os seus próprios sistemas de satélites de localização e geoposicionamento.

A Rússia possui o Glonass, a União Europeia possui o Galileo, a China o Beidou e a Índia está implementando o Navic. Por qual motivo? Caso uma dessas potências entre em um conflito ou em uma crise, ela não depende dos serviços e dos satélites de outra potência. Caso os EUA invadam um país, uma de suas primeiras ações será limitar o uso do GPS naquele país invadido, em um exemplo hipotético que se aplica a todas as potências. A mesma acontece com as conexões de internet em geral, com a internet global conectada por vasta rede de cabos submarinos.

Ao mesmo tempo, alguns países possuem servidores emergenciais soberanos, podendo manter sua internet mesmo caso ocorra um acidente na rede de cabos submarinos ou sofram um ciberataque de um ator hostil. Em

2008, ao invadir a Geórgia, uma das primeiras ações da Rússia foi causar um apagão nas telecomunicações do país invadido. Repetiu a ação em 2022, ao invadir a Ucrânia, e, por alguns dias, teve sucesso. Até o governo dos EUA determinar o uso da empresa Starlink de Elon Musk, fornecendo o uso de internet via satélite para tanto civis quanto as forças militares ucranianas.

O uso do Starlink pelos ucranianos é custeado pelo governo dos EUA e permite a continuidade de operações de guerra, incluindo usos sofisticados, como os ataques com drones navais. Como a Rússia vai infligir um apagão nessas comunicações ucranianas? É simplesmente impossível. Surge, então, a necessidade militar de desativar uma constelação de satélites. A ideia de destruir um

satélite em órbita não é nova. Os EUA testaram já nos anos 1960 mísseis antissatélite, desenvolvendo os primeiros nos anos 1980 e, hoje, possuem munições desse tipo no arsenal.

Destruir um satélite em órbita, entretanto, não é desejável. A nuvem de destroços causaria mais problemas, afetando o funcionamento inclusive de equipamentos próprios. Os satélites Starlink, possuem ainda a característica de serem muito pequenos. Entra em campo a hipótese da “super arma” russa, um dispositivo nuclear que gera energia e emite um pulso eletromagnético, conhecido pela sigla em inglês EMP, que queima sensores e componentes eletrônicos, sem gerar destroços perigosos em órbita. Mais uma vez, aspectos técnicos são obviamente omitidos do público.

Caso a Rússia esteja mesmo desenvolvendo esse equipamento, resta ver qual será a argumentação jurídica para alegar que o tratado de 1967 não está sendo violado. Possivelmente, será dito que se trata de um equipamento defensivo ou, então, de arma convencional. Mais preocupante, entretanto, é a porta que essa nova arma pode abrir, de uma corrida armamentista em órbita.



Autor: Filipe Figueiredo é graduado em história pela USP, professor de política internacional, roteirista do canal Nerdologia e criador dos podcasts Xadrez Verbal e Fronteiras Invisíveis do Futebol, sobre política internacional e história. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Deputado Maurício Marcon afirma que pelo menos 70 deputados confirmaram presença no ato pelo ex-presidente. | Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Alto na Paulista

Esquerda tenta tachar manifestação pró-Bolsonaro de “antidemocrática” e “golpista”

Por Vinícius Sales

Ao protocolar uma representação no Ministério Público Eleitoral contra o ato convocado para o

dia 25 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), nesta terça-feira (20), o Partido dos Trabalhadores tem como estratégia classificar o ato como antidemocrático e imputar crimes aos participantes do evento.

A legenda solicitou ao MPE que determine medidas de prevenção e investigação para conter eventuais crimes contra o Estado Democrático de Direito, de financiamento irregular e de propaganda eleitoral antecipada. Os autores ainda argumentaram que a manifestação pode virar um "novo 8 de Janeiro", em referência à invasão às sedes dos Três Poderes em Brasília.

Em contrapartida, a defesa do ex-presidente já havia acionado o STF, no fim de semana, para garantir que ele possa discursar durante o evento deste domingo. Segundo o jornal O

Globo, o advogado de Bolsonaro, Jeffrey Chiquini, pediu que a presença do ex-mandatário e o discurso dele "sejam garantidos como exercício constitucional da manifestação do pensamento e direito legítimo de reunião".

A análise deve ser feita pelo ministro Luiz Fux, segundo o advogado.

Publicações nas redes petistas reforçam a narrativa de que ato será "golpista"

Além dessa representação do PT ao MPE, publicações de importantes figuras da legenda mostram o tom adotado pela esquerda para tentar minar o ato convocado por Bolsonaro. Em seu perfil no "X" (antigo Twitter), o líder da bancada do partido na Câmara dos Deputado, deputado Odair Cunha (MG), afirmou que o

ex-presidente busca “comparsas” ao convocar a manifestação.

“Os próprios aliados de Bolsonaro já sabem: ele procura por comparsas. E aqueles que participarem de mais essa manifestação golpista convocada por ele poderão incorrer nos mesmos crimes que o inelegível. Bolsonaro nunca defendeu a democracia antes, e não será agora que o fará”, disse o parlamentar na última sexta-feira (16).

A tese de uma manifestação golpista também foi ventilada pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). Em suas redes sociais, ele classificou a manifestação como “tapetão”. “Sabendo que será preso, mais cedo ou mais tarde, Bolsonaro quer pressionar as autoridades judiciais e a polícia com manifestações a seu favor. Quer se impor no 'tapetão'. Quer permanecer livre para

continuar a ameaçar a democracia”, disse o deputado.

Já para a presidente do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann, manifestação na Paulista não será para Bolsonaro se defender, e sim para “se contrapor ao devido processo legal, já que as provas contra ele e sua turma não param de aparecer”.

“É esse chefe terrorista que agora invoca, em seu exclusivo benefício, o estado de direito e a liberdade de expressão e manifestação que tentou, reiteradas vezes, destruir. É esse fascista que agora quer vestir o manto da democracia para mais uma vez atacá-la”, atacou Gleisi em uma longa postagem na rede social X, citando uma lista de supostas ações que ela atribuí ao ex-presidente, como

manifestações em rodovias, decreto de estado de sítio, etc.

Na leitura do cientista político Adriano Cerqueira, do Ibmec de Belo Horizonte, o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá adotar uma estratégia “tradicional” do mundo político.

“É um roteiro conhecido. Eles querem transmitir que Bolsonaro está querendo atentar contra a democracia brasileira, que está querendo desestabilizar as instituições do Estado Democrático de Direito, que está querendo caracterizar como perseguição política um processo que seria da Justiça, que vai tentar também explorar eventuais ausências em termos de apoio político. Esse é o roteiro tradicional dos últimos meses”, disse Cerqueira.

Comentando o caso, o cientista político Elton Gomes, professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), avalia que o objetivo do PT é fragilizar Bolsonaro em um momento em que demonstra força.

“É interessante para o presidente Lula e para o seu grupo político eliminar as capacidades de Bolsonaro como cabo eleitoral, como alguém que pode subir no palanque e transferir votos, sobretudo naqueles casos em que a disputa é muito acirrada”, disse Gomes.

E acrescentou: “A estratégia de você questionar a legalidade, acionar os meios legais, fazer pressão sobre figuras da magistratura, em especial ministro de Tribunais Superiores, promover uma ofensiva judicial e policial, é interessante para o PT, porque mesmo que não

leve o adversário à prisão, deixa o Bolsonaro em uma situação de fragilidade”.

Bolsonaro adota cautela ao pedir que manifestantes não levem cartazes

Ao convocar seus seguidores para o ato na Paulista, Bolsonaro pediu para que eles não levem cartazes à manifestação. Para além das complicações políticas, o ex-mandatário quer evitar problemas jurídicos.

“Não compareçam com qualquer cartaz ou faixa contra quem quer que seja”, disse Bolsonaro no vídeo publicado nas redes sociais nesta segunda-feira (12). A convocação ocorre após o ex-presidente ser alvo da operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, que investiga uma suposta tentativa de golpe de Estado. "Colaborem conosco, é uma grande fotografia,

um momento ímpar para mostrarmos para o mundo – de verde e amarelo, sem faixas e cartazes – o que nós queremos, que é Deus, Pátria, Família e Liberdade", disse Bolsonaro em outra ocasião.

A cautela de Bolsonaro leva em consideração que o STF, em especial o ministro Alexandre de Moraes, tem adotado uma postura punitivista no julgamento dos réus do 8 de Janeiro, inclusive em relação aos que apenas estavam acampados em frente ao quartel do Exército em Brasília, que estão sendo condenados por “incitar, publicamente, a prática de crime”.

Na leitura do advogado Adriano Soares da Costa, ex-juiz de Alagoas, a Constituição Federal garante o direito de manifestação, sendo proibido por lei os casos em que há expresse

pedido de extinção das instituições democráticas.

Segundo ele, a população não pode ser impedida de se manifestar e o pedido feito por Bolsonaro em relação aos cartazes é uma orientação explícita para que não ocorram excessos no ato em defesa do ex-presidente.

Já para o advogado constitucionalista André Marsiglia, nenhuma das acusações que estão sendo feitas contra os réus do 8 de Janeiro – seja a de abolição do Estado Democrático de Direito ou da incitação ao crime – podem servir para punir manifestações que possam ofender o Supremo ou demais instituições.

"Pedir ou ser favorável a algo é a expressão de uma opinião particular que, em razão do direito constitucional de reunião, pode ser exposta em

público. Incitar é contribuir decisivamente para uma ação concreta por meio de manifestação. Quem carrega um cartaz pedindo a monarquia, dizendo 'fora presidente' ou pedindo intervenção não contribui para ação concreta alguma, apenas expressa seu direito de opinião", disse.

Ele acrescentou: "O próprio STF já decidiu, ao considerar constitucional a 'marcha da maconha' em 2011, que mesmo manifestações em favor de algo ilícito não são consideradas incitação ou apologia ao crime".

Falas de Lula sobre Israel podem alavancar manifestação de Bolsonaro

As recentes declarações dadas por Lula sobre Israel movimentaram a base oposicionista no Congresso e podem engrossar o coro “Fora

Lula” na manifestação do dia 25. No domingo (18), o chefe do Executivo comparou a operação militar de Israel na Faixa de Gaza com o extermínio de judeus realizado por Adolf Hitler na Alemanha nazista.

Para Adriano Cerqueira, a declaração do presidente é um elemento novo a ser explorado por Bolsonaro e seus aliados. “Hoje a gente tem uma nova peça no xadrez, que é Bolsonaro ser intimado a depor na Polícia Federal na quinta-feira. A gente nunca sabe o que pode sair disso, mas o fato é que a manifestação de domingo ganhou um grande impulso paradoxalmente provocado pela desastrosa fala de Lula. Tudo agora pode acontecer, já tem até um pedido de impeachment. Não sabemos se vai prosperar, mas não vai ser surpresa se gritos como ‘Fora Lula’ acabarem ocorrendo”, disse.

As falas de Lula também ganharam eco em um importante setor do Legislativo: a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. Em nota de repúdio emitida nesta segunda-feira (19), o grupo liderado pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG) e pelo deputado federal Eli Borges (PL-TO) afirma que “comparar os ataques de Israel ao Hamas com o nazismo é provocar um conflito ideológico desnecessário”.

A revolta também atingiu o Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), que reúne importantes líderes religiosos, como Silas Malafaia e Estevam Hernandes. Em nota, a entidade disse que a declaração do presidente “envergonha o Brasil diante das nações do mundo”.

Cerca de 100 deputados devem comparecer ao ato pró-Bolsonaro

Segundo o advogado de Bolsonaro, Fábio Wajngarten, cerca de 100 deputados federais deverão comparecer ao ato do dia 25 na Avenida Paulista. Apesar do número, o assessor não citou nomes. Por outro lado, alguns parlamentares já demonstraram apoio ao evento, como os deputados federais Altineu Côrtes (PL-RJ), líder do PL na Câmara, Sargento Gonçalves (PL-RN), Rodrigo Valadares (União-SE) e Rodolfo Nogueira (PL-MS).

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), de São Paulo, confirmou presença e disse que a manifestação será “pacífica a favor do [ex-] presidente, e estarei ao lado dele, como sempre estive”.

Já o prefeito Ricardo Nunes (MDB-SP) afirmou em entrevista coletiva na sexta-feira (16) que deve ir ao ato.

Oito senadores do PL também confirmaram a participação. São eles: Marcos Pontes (PL- SP), Jaime Bagattoli (PL-RO), Jorge Seif (PL-SC), Magno Malta (PL-ES), Marcos Rogério (PL-RO), Rogério Marinho (PL-RN), Wilder Moraes (PL-GO), além do filho do ex-presidente, o senador Flavio Bolsonaro (PL-RJ) vão ao evento.



[Voltar ao índice](#)



Após reunião com Pacheco, senadores da oposição participaram de coletiva de imprensa | Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Foro Privilegiado

Oposição aposta no fim do foro privilegiado para combater excessos do Judiciário

Por Tatiana Azevedo

Passado o carnaval, a oposição no Congresso Nacional aposta no avanço da proposta que

acaba com o foro privilegiado de parlamentares. O objetivo é pôr fim ao que eles consideram excessos praticados pelo poder Judiciário, pressionando pela tramitação de uma proposta já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal em 2017 e que está parada na Câmara dos Deputados desde então. Porém, o avanço da pauta pode esbarrar na falta de vontade política de Arthur Lira, presidente da Casa, e de seus aliados para tratar do assunto, especialmente em ano eleitoral.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 333/2017 foi um dos pontos elencados como prioritários pela bancada de senadores da oposição num encontro com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após as operações da Polícia Federal (PF) contra os deputados do Partido Liberal (PL) do Rio de

Janeiro, Carlos Jordy e Alexandre Ramagem – eles são investigados, respectivamente, por suposta participação nos atos de 8 de Janeiro e por interferência na Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), defende um maior diálogo de Pacheco com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para tratar do andamento da PEC, que está "engavetada" na Câmara desde que foi aprovada por uma comissão especial, em 2018, e aguarda votação pelo plenário. O tema também foi abordado por Marinho num encontro com o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.

A oposição vê esta PEC como mais uma forma de colocar limites na atuação de juízes. Marinho disse que o STF tem "tornado regra o que deveria ser uma exceção", ao se referir aos mandados de busca e apreensão contra parlamentares, a mando do Supremo. "Nós estamos vendo que medidas excepcionais estão sendo tomadas praticamente todas as semanas, ao arrepio da lei, e em defesa da própria lei. Ou seja, se muda a Constituição por circunstância ou conveniência política, em defesa da democracia, e desta forma a democracia termina sendo fragilizada".

Na avaliação do senador Eduardo Girão, líder do Novo, é preciso "serenidade e firmeza" de Pacheco para garantir o "equilíbrio e independência" entre os Poderes. Isto porque é preciso que senadores e deputados fechem um

acordo para não haver mudanças no texto em tramitação, evitando assim o chamado "pingue-pongue" entre as Casas, toda vez que ocorrem modificações. Para o senador, o foro é hoje uma "blindagem muito grande, um guarda-chuva de um mecanismo que protege os poderosos. A gente quer que exista o devido processo legal no país”, defendeu Girão.

Fim do foro permite que processos contra parlamentares sigam para justiça comum

Pronta para ser votada no plenário, a proposta de emenda à Constituição do fim do foro de prerrogativa para parlamentares está parada na Câmara dos Deputados desde 11 de dezembro de 2018, quando foi aprovada por uma comissão especial que debateu o texto enviado pelo Senado.

A líder do Partido Novo na Câmara dos Deputados, Adriana Ventura (SP), é mais uma parlamentar que defende que a proposta siga adiante na Casa, e critica o fato do texto estar parado há tanto tempo.

"Eu fico realmente chocada ao ver como faz falta a votação do foro privilegiado aqui. Faz 5 anos que nós esperamos essa votação. Enquanto nós tivermos senador refém, 'toma lá, dá cá', indicação política, presidente da República bancando compra de apoio, o nosso País não vai para a frente nunca. Cadê o bem comum? Cadê o interesse público? Não é o que nós estamos vendo. Não podemos ter Ministro ativista no STF", completou a deputada.

Pela proposta que está pronta para votação na Câmara, o foro por prerrogativa de função

ficaria restrito a apenas cinco autoridades: presidente da República, vice-presidente da República e presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

A PEC 333/2017 restringe o foro privilegiado em caso de crimes comuns. A regra vale para crimes cometidos por deputados, senadores, ministros de estado, governadores, prefeitos, ministros de tribunais superiores, desembargadores, embaixadores, comandantes das Forças Armadas, integrantes de tribunais regionais federais, juízes federais, membros do Ministério Público, procurador-geral da República e membros dos conselhos de Justiça e do Ministério Público.

Líder da oposição na Câmara, o deputado Carlos Jordy, um dos alvos das operações que

acabaram dando fôlego à cobrança pelo andamento da PEC do fim do foro, é mais um a engrossar o coro pela pressão que pode fazer a proposta andar novamente.

Na sua visão, se os parlamentares não forem mais julgados no Supremo por causa do foro, eles poderiam tomar medidas mais enérgicas contra os ministros sem medo de sofrer retaliações posteriores. "O foro faz com que nós muitas vezes fiquemos 'reféns' do STF. Porque eles nos julgam, e muito deputado e senador fica com medo de ser julgado e acaba não querendo enfrentar e colocar rédeas na situação, dizer que nós que temos essas prerrogativas, porque tem medo desse julgamento. Essa é uma pauta prioritária, e é uma pauta que a população pede muito".

Mesmo com o pedido dos senadores para uma articulação entre Câmara e Senado para fazer a PEC do fim do foro avançar, o analista político e professor do IBMEC Adriano Cerqueira não acredita que a proposta possa seguir adiante neste momento.

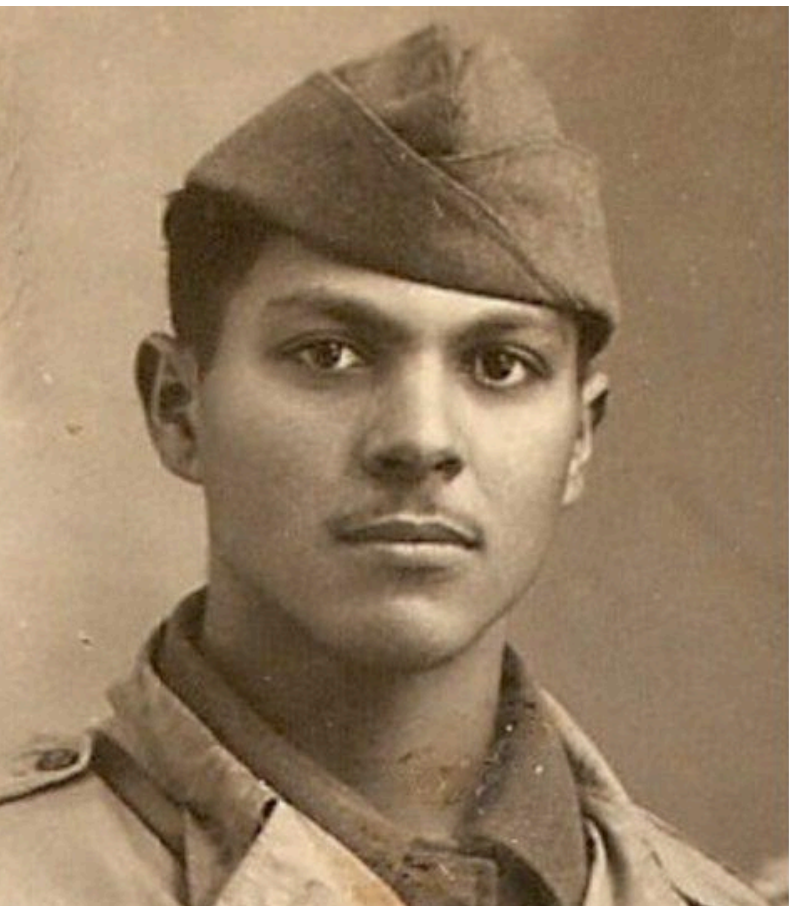
Ele lembra que havia uma grande vontade popular pelo seguimento da proposta em 2017, quando houve uma pressão maior pela aprovação do texto devido ao contexto da Lava-Jato, a maior operação de combate à corrupção do Brasil. De lá para cá, a pauta perdeu força. "Não creio que haja um movimento forte para que ela se imponha. São muitos projetos de lei, muitas PECs para serem votadas, tem ainda propostas de CPIs".

As eleições municipais também podem ser um fator prejudicial no avanço da PEC do fim do foro privilegiado, considerando que o ano legislativo será mais curto por causa do pleito e há outras pautas de maior interesse dos presidentes da Câmara e do Senado.

Cerqueira ainda aponta para o fato de que Lira "tem sido beneficiado por decisões da STF, em especial do ministro Gilmar Mendes" e que, por este motivo, acredita que o presidente da Câmara não estaria inclinado a encampar ou pautar uma proposta como a do fim do foro privilegiado.



[Voltar ao índice](#)



Capitão Severino Souza em 1945 e agora: memória viva da Segunda Guerra Mundial. | Foto: Arquivo pessoal

Segunda Guerra Mundial

Em aniversário de vitória, veteranos recordam participação épica na 2^o Guerra

Por Gabriel de Arruda Castro

Cada geração tem de se deparar com o momento em que a última testemunha ocular da geração

anterior deixa de existir. É quando a história passa a ser contada inteiramente por terceiros: a última pessoa nascida no século 19. O último escravo. O último brasileiro a ter vivido sob a monarquia.

A geração dos pracinhas — os combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial — está se aproximando desse liminar.

Mais de 25 mil militares brasileiros embarcaram para lutar na Europa. Cerca de 450 morreram em combate. Hoje, menos de 60 ainda estão vivos, segundo a Casa da FEB. Ao que tudo indica, resta apenas um sobrevivente da tomada de Monte Castelo, a vitória mais emblemática dos brasileiros na guerra. A conquista completa 79 anos nesta quarta-feira (21).

Nesta data simbólica, a reportagem da Gazeta do Povo publica relatos em primeira mão de pracinhas brasileiros que tentam manter aceso o espírito de uma epopéia. Mais do que testemunhas, eles foram agentes da História.

O Brasil vai à guerra

O Brasil declarou guerra ao eixo em agosto de 1942, mas só enviou tropas para a Europa em julho de 1944. Incorporados ao 5º Exército dos Estados Unidos, mas com os próprios generais conduzindo suas tropas, os brasileiros participaram do teatro de operações da Itália, onde os aliados tentavam empurrar os nazistas de volta para a Alemanha. O exército de Hitler se aproveitava do terreno íngreme para resistir na chamada linha gótica, no norte do território italiano.

O Brasil vivia sob a ditadura getulista. O regime tentou tirar proveito dos dois lados da guerra antes de escolher um lado, pressionado pela opinião pública depois que submarinos alemães afundaram navios brasileiros. Mas os combatentes nada tinham com a dubiedade de Getúlio. Eles se portaram com honra em uma guerra que não era deles, em um território desconhecido, como parte da operação militar mais complexa da era moderna.



Tropas brasileiras mandam "recado" a Hitler: bravura

Os "pracinhas" fazem parte de um grupo que talvez tenha constituído uma das últimas unanimidades do Brasil. Há quem não goste de Pelé. Há quem não tolere Juscelino Kubitschek. Há quem torça o nariz para Ayrton Senna. Mas é difícil encontrar alguém que tenha algo negativo a dizer sobre os combatentes da FEB. De certa forma, eles se tornaram um símbolo de que o Brasil pode ombrear as nações mais importantes do mundo.

A guerra como presente de casamento

Hugo Felisbino tinha 24 anos quando foi enviado para a guerra, na primeira leva de militares brasileiros a embarcar para Europa.

Hoje, aos 104 anos, ele leva uma vida tranquila em Camboriú (SC). Do outro lado da chamada de

vídeo, em entrevista à Gazeta do Povo ele exibe uma voz firme e uma memória em pleno funcionamento.

Quando o Brasil decidiu enviar soldados à Europa, Felisbino estava prestes a se casar. Metade da sua unidade recebeu a missão de embarcar rumo à Itália. A outra metade, a dele, foi informada de que ficaria no Brasil. O jovem militar marcou o casamento. Mal deu tempo para a lua de mel: poucos dias depois, foi chamado para um treinamento em Curitiba. O treinamento na verdade era o embarque para a Itália. Ele só veria a esposa um ano e dois meses depois.

Felisbino chegou a se ferir em combate. Em um ataque de granada, seis de seus colegas morreram. Ele e outros 17 se feriram. O

catarinense passou 30 dias internado. Assim que saiu do hospital, voltou para o front e permaneceu até o fim da guerra.



Hugo Felisbino em 1942, dois anos antes de entrar em combate. | Reprodução/Arquivo pessoal

O sargento Felisbino se lembra de ter feito incontáveis viagens para levar prisioneiros alemães. Ao todo, as tropas da FEB capturaram cerca de 20 mil inimigos, incluindo dois generais alemães.

Para ele, o legado dos pracinhas é o exemplo de bravura. “O brasileiro tem coragem. O brasileiro é corajoso. O brasileiro diz que vai, vai mesmo e vence”, diz ele, antes de fazer uma menção à “Guerra de 1868” — a Guerra do Paraguai, vencida pelos brasileiros. “O Brasil tinha 13 mil homens e o Paraguai tinha 30 mil”, ressalta.



“O brasileiro tem coragem. O brasileiro é corajoso. O brasileiro diz que vai, vai mesmo e vence”

Felisbino não costuma exaltar os próprios feitos, e nem superdimensionar os méritos da FEB. Não é necessário. Ele tem mais de 20 condecorações militares, incluindo três de guerra.

O veterano prefere falar sobre como a boa estrutura oferecida pelo Exército dos Estados Unidos foi importante para permitir as condições de combate adequadas. “O mais difícil foi o frio. Nós pegamos uma temperatura de 20 graus abaixo de zero. Mas nós éramos muito bem amparados pelo Exército Americano. Nós levamos uns capotes de pano e o americano mandou botar no lixo. Eles nos deram umas capas de borracha para todo mundo”, conta.

Com os suprimentos fornecidos pelos americanos (como carne de frango e peru), os brasileiros acrescentavam o arroz com feijão.

Solidariedade com italianos

O sargento Felisbino aprendeu italiano e alemão o suficiente para dizer "Rendam-se, senão eu mato todos!".

Mas, entre os civis dos vilarejos italianos, os brasileiros eram vistos como libertadores. "Sempre que nós tomávamos uma vila ou um povoado, nós éramos muito bem-recebidos", conta ele.

Com frequência, os militares se hospedavam nas casas de famílias italianas. Em uma delas, em Castelnuovo Della Scriveria, a matriarca da família passou a chamar Felisbino de "meu filho brasileiro". "E quando nós nos despedimos para vir embora, eles ficaram num choro tremendo", relembra o veterano.

No retorno ao Brasil, o sargento teve de conviver com a desconfiança sobre sua sanidade mental. Uma das sequelas dos combates sangrentos foi o surgimento dos “malucos de guerra” — que, hoje se sabe, sofriam de Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Mas o veterano diz que, nos últimos anos, não pode reclamar da falta de reconhecimento por sua participação na guerra. “Eu pensava que no futuro nós seríamos abandonados”, Felisbino afirma.

O último sobrevivente de Monte Castelo

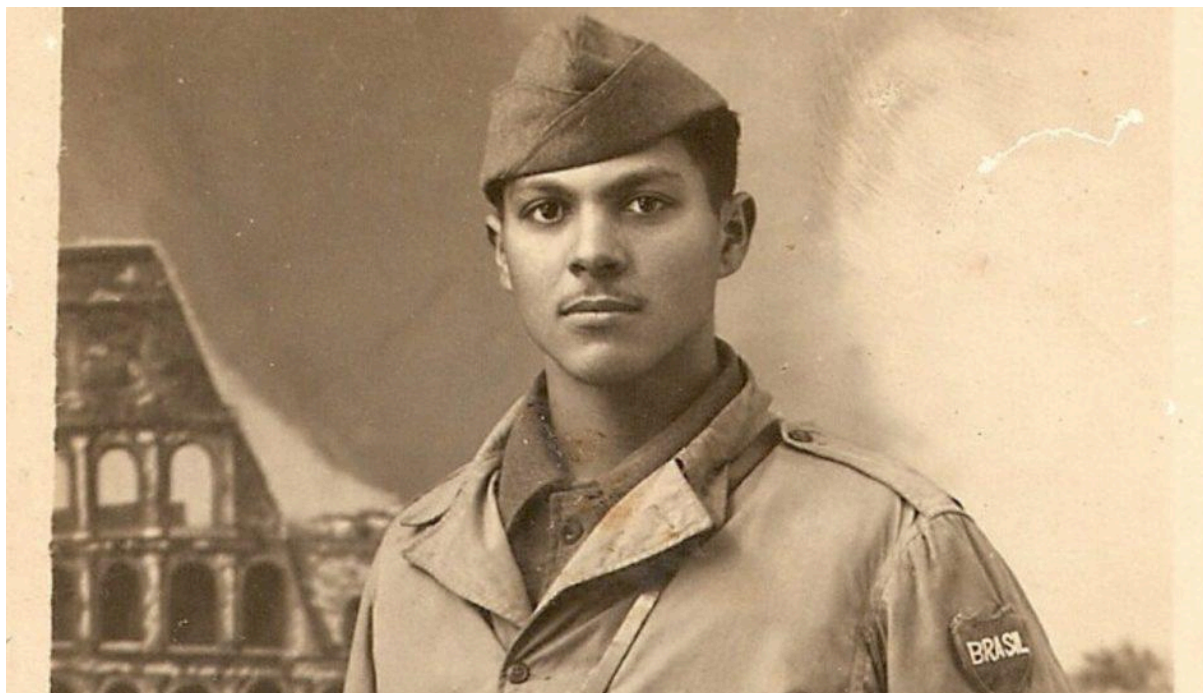
O potiguar Severino Gomes de Souza já contou sua história milhares de vezes. Mas, quando concedeu uma entrevista em vídeo para a

Gazeta do Povo, parecia que estava relatando suas aventuras na Itália pela primeira vez.

“A minha motivação em conceder essas entrevistas é em memória daqueles que perderam a vida na Itália e também daqueles que sobreviveram e depois foram indo embora aos poucos”, diz o Capitão Souza.

Souza, hoje com 99 anos, vivenciou a guerra ainda no Brasil. Nascido em Natal, ele vivenciou as movimentações das tropas americanas, que mantinham uma base em Parnamirim (RN). Participou da vigilância no litoral. Ele vivenciou, em Ponta Negra, o ataque entre um avião americano com um submarino alemão.

Depois de embarcar para o front europeu, o capitão ficou onze meses na Itália e chegou a comandar um pelotão.



O capitão Souza durante visita a Roma em 1945: remanescente da tomada de Monte Castelo.

Em 21 de fevereiro de 1945, ele e seus colegas obteriam sua maior vitória: a tomada de Monte Castelo, na Itália, depois de um combate renhido com as tropas alemãs.

“A maior dificuldade foi a disposição alemã em defender Monte Castelo, porque havia um objetivo: por ali passavam os suprimentos aliados para as tropas dos Exércitos aliados que estavam lutando no Norte”, ele relembra. As palavras são de um ex-combatente que, ao que tudo indica, é o único sobrevivente da tomada de Monte Castelo.

A anotação no histórico militar de Souza, feita por um superior ainda na época, exalta a conduta dele em combate: "O sangue frio com que manteve sob os fogos de artilharia, morteiros e metralhadoras a que foi submetido na última fase da luta na Itália, bem diz de sua coragem, que revelou em todas as ações onde tomou parte", diz o registro.



Capitão Souza, veterano da FEB: vigor perto dos 100 anos de idade. | Arquivo pessoal

Para boa parte dos combatentes, afirma Souza, a vitória na Europa era uma forma de exaltar o Brasil. “Havia disposição, coragem, sacrifício. E era o nome do Brasil que estava em jogo. Quando avançava uma tropa brasileira, não éramos nós que estávamos atacando, mas o Brasil.”

A guerra proporcionou uma aventura fantástica para um jovem nordestino. Entre as movimentações das tropas e a folga pós-vitória, Souza subiu na Torre de Pisa, viu o vulcão Vesúvio, conheceu o Coliseu e, no Vaticano, foi recebido pelo Papa Pio XII com um pequeno grupo de outros cinco soldados. “Até então, nós não tínhamos a menor ideia de como eram as povoações na Europa”, conta.

Assim como Felisbino, ele tem apenas memórias positivas da interação com os civis italianos. Os alemães, em retirada, saqueavam roupas e comida. Os americanos e ingleses descartavam alimentos não utilizados pelas tropas em vez de doá-los. Já os brasileiros compartilhavam o que tinham. “Eu cheguei várias vezes a dividir o meu almoço com crianças italianas famintas”, diz Souza.

O decano dos ex-combatentes

O mais velho dos ex-combatentes tem 106 anos de idade. O tenente-coronel Nestor da Silva também é uma das figuras mais conhecidas entre os veteranos da Segunda Guerra. Morador de Brasília, ele costuma participar dos desfiles de Sete de Setembro na Esplanada dos Ministérios.

Ainda durante a guerra, Silva foi promovido por ato de bravura de segundo sargento a segundo tenente. Com a intermediação do filho, que herdou o primeiro nome do pai, Silva respondeu algumas perguntas da Gazeta do Povo.

“O principal legado da FEB foi participar em um teatro de operações europeu junto com os principais Exército do mundo, e se portar de

forma exemplar nas batalhas de que participou”, diz.



No ano passado, Nestor da Silva recebeu homenagem ao completar 106 anos. | Divulgação/Comando Militar do Planalto

Ele reconhece que é difícil passar adiante o patriotismo da sua geração. “Nós estamos em outros tempos. É o tempo da informática. Na época em que eu fui convocado para a FEB, o Brasil ainda era um país rural”, diz ele, antes de continuar: “Mas eu procuro contribuir com o

meu exemplo. Sempre que possível, dou palestras em locais como escolas e faculdades".

No ano passado, ao completar 106 anos, Nestor foi homenageado com uma festa que reuniu autoridades militares e entusiastas da FEB na capital federal.

Desaparecimento das associações

A diminuição no número de ex-combatentes vivos também tornou mais raras as cerimônias com a participação de pracinhas. No Colégio Militar de Porto Alegre, na semana passada, a cerimônia de homenagem à tomada de Monte Castelo teve a presença do veterano Elmo Diniz, que se manteve em posição de sentido, de pé, apesar de ter 102 anos de idade. A participação

dos pracinhas nestes eventos, comum até poucos anos atrás, se tornou raríssima.

Com a passagem de bastão nas Associações de Ex-Combatentes, muitas delas tiveram de fechar as portas.

Uma exceção é a unidade de Brasília, que mantém um museu aberto ao público. Em 1968, o então presidente Costa e Silva cedeu um terreno de 15 mil metros na capital federal para construir uma pequena vila de ex-combatentes. Hoje, são 34 casas — todas mantidas por descendentes de pracinhas. O local também abriga, além do museu, a sede da associação.

Diretora de relações públicas da entidade e filha de um pracinha, Laurinda Nazaré Alvarez

Pacheco cresceu ouvindo o pai, que morreu em 1993, contar relatos detalhados sobre a guerra.



Museu mantido pela Associação dos Ex-Combatentes em Brasília. | Divulgação/ANVFEB-DF

“O meu pai nasceu nas margens do Rio Amazonas, onde faz 40 graus na sombra. Ir para a Europa com temperatura negativa foi muito heroísmo da parte dele”, ela diz.

Laurinda conta que, com a documentação precária da época, seu pai “providenciou” uma certidão de nascimento em que ele aparecia com 18 anos em vez de 17. E assim embarcou para o front ainda menor de idade.

Enquanto a associação em Brasília se mantém estável financeiramente, com três empregados em tempo integral, outros núcleos de ex-combatentes não têm conseguido se manter. “Muitas associações estão fechando. Eu fiquei sabendo de uma que, mesmo depois de fechada, teve de vender uma peça de museu para pagar contas de água atrasada”, relata.

Voluntários mantêm memória

Os veteranos dizem que as gerações mais novas precisam retomar o amor pela pátria.

"Eu gostaria que a nova geração tivesse mais patriotismo", diz o sargento Hugo Felisbino. O capitão Severino Gomes de Souza concorda: "Eu gostaria que nas escolas se ensinasse com mais ênfase sobre a disposição dos jovens daquela época em defesa do Brasil. Que se pensasse mais no Brasil e menos em frivolidades", diz.

Nestor da Silva lamenta a pouca atenção dada pelo governo brasileiro à história da FEB. "O Exército tem se esforçado muito para preservar a memória da FEB e difundir essa história. Mas o governo do Brasil está muito longe de manter viva a memória da FEB", afirma.

Entre os que mantêm a memória acesa, a maior parte é de entusiastas que se dedicam ao tema por amor à história.

Um deles é o gaúcho Sírio Fröhlich, um oficial reformado do Exército. Ele escreveu dois livros com depoimentos de ex-combatentes. O mais recente, “Vozes da Guerra”, pode ser acessado gratuitamente. Desde 2015, ele mantém uma página no Facebook em que publica informações sobre a participação da FEB. Quando alguém lhe pergunta sobre o que o motiva a fazer este trabalho, Fröhlich não titubeia: “A gratidão pela liberdade que legaram para a humanidade e divulgar o exemplo dos pracinhas para os brasileiros, sobretudo depois de sentir o amor e o respeito dos italianos que conviveram com eles.”



[Voltar ao índice](#)



Os atores que vivem o sequestrador Raimundo Nonato e o piloto Fernando Murilo de Lima e Silva | Foto: Divulgação

Chegou no Star+

“O sequestro do Voo 375” recupera incrível saga do doido que tentou matar Sarney

Por José Flávio Júnior

O fato mais impressionante sobre O Sequestro do Voo 375, lançado nos cinemas no fim de 2023

e agora disponível no catálogo do Star+, é o tempo que a história contada nele demorou para virar filme. Tivéssemos uma indústria cinematográfica mais pujante, incentivada decentemente como a sul-coreana ou a argentina, a saga do avião da extinta VASP raptado por um maluco que desejava matar o presidente José Sarney em 1988 já teria virado produto audiovisual há décadas. Basicamente, porque o que aconteceu naquele Boeing 737 é incrível demais.

Marcus Baldini, com seus bons predicados exibidos em Bruna Surfistinha, dirige um elenco cuja face mais reconhecível é a da ex-BBB Juliana Alves, que vive uma comissária coadjuvante. Nenhum ator ser do primeiro time não compromete O Sequestro do Voo 375. Danilo Grangheia, por exemplo, dá conta de

interpretar o piloto e grande herói da aventura, Fernando Murilo de Lima e Silva. Jorge Paz, que sequer tem verbete na Wikipedia, encarna com denodo o antagonista Raimundo Nonato, quase sempre apontando um revólver calibre 32 para a cabeça do comandante. Os dois passam muito tempo com os olhos esbugalhados, mas criticar isso é fazer pouco da tensão que tomou conta daquela aeronave.

Para quem não tem memória ou não era vivo à época, vale contextualizar o ocorrido. O maranhense Raimundo Nonato era um desempregado que, desgostoso com os rumos econômicos do país, embarcou no aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, num voo com destino ao Rio de Janeiro, munido de uma arma na mochila (não havia raio-x no local) e um plano: desviar a rota para Brasília e aterrissar

no Palácio do Planalto, assassinando assim o presidente da República. Ele conseguiu parte do intento, invadindo a cabine de comando, matando o copiloto e obrigando Fernando Murilo de Lima e Silva a rumar para o Distrito Federal. Com muita astúcia, o comandante conseguiu acionar o código de emergência 7700 e passou a contar com auxílio externo para lidar com a situação. Mas isso não se reverteu em alívio total, visto que a Aeronáutica pareou um caça ao lado do Boeing, pronto para abatê-lo caso ele se aproximasse da residência oficial de Sarney.

Giro completo e queda em parafuso

A dramatização dessa fantástica jornada convenceu quem prestigiou o longa, incluindo aficionados pelo tema da aviação. O youtuber

Lito Sousa, do canal Aviões e Músicas, que já havia produzido dois vídeos sobre o sequestro, afirmou em um podcast que o filme de Baldini tem algumas das melhores cenas que ele já assistiu no cinema. Especificamente, Lito ficou impressionado com o momento em que o ator Danilo Grangheia comunica a torre de comando que seu copiloto foi executado e com a sequência em que uma queda em parafuso sucede a manobra chamada de tonneau, quando a aeronave realiza um giro completo em seu eixo longitudinal. Apesar daquele Boeing 737 não estar capacitado para tais movimentos arrojados, Fernando Murilo de Lima e Silva, com seu treinamento militar, teria realizado as acrobacias no afã de desequilibrar Raimundo Nonato e tomar seu berro.

Apesar de tentar preservar muito do que foi relatado à época por quem viveu o drama, o roteiro faz algumas adaptações em benefício do filme. Havia um terceiro tripulante na cabine de comando que não existe na obra de Baldini, bem como seria um sargento quem estaria na controladoria do voo em contato com piloto e sequestrador, não a funcionária civil que aparece na função. A grande licença poética, no entanto, ocorre no terço final, quando Raimundo Nonato tem seu embate com a Polícia Federal. A captura e a forma como o sequestrador foi alvejado não são fidedignas – o que só seria um problema de fato se estivéssemos tratando de um documentário.

Nos créditos finais, o diretor propagou o caso difícil de ser averiguado de que no cafofo em que Osama Bin Laden foi encontrado havia

revistas com reportagens sobre o voo 375. Ou seja, o feito de Raimundo Nonato teria sido estudado pelo líder da Al-Qaeda antes dos ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos. O que é verídico é que o sequestrador chegou a trabalhar no Iraque antes de ficar desempregado e investir em sua sandice aérea. Mas essa passagem pelo Oriente Médio não teve nenhuma relação com grupos terroristas. Ele era só um lobo solitário, antes disso virar tendência.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Polzonoff: Lula assiste ao clássico “A Lista de Schindler”](#)
- [Exigências da lei de igualdade salarial trazem risco jurídico para empresas](#)
- [Com mais de 6 milhões de vítimas em 2024, morte por aborto lidera ranking mantido por organização](#)
- [O poliamor é uma tragédia para as mulheres](#)
- [O “Sonho Chinês” de Xi Jinping está morto](#)
- [“Ferrari” foca momento crucial na trajetória do dono da escuderia italiana](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice